



LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Tribuna livre 1

Um processo de assédio moral foi tema de tribuna livre, na noite de ontem, na sessão da Câmara de Jundiá. Elaine Miossi pediu interferência dos parlamentares para que provas fossem encaminhadas à superintendência da DAE, onde corre o caso. Ela já foi demitida em 2010 por ter processado um superior sobre assédio, e reintegrada em 2016.

Tribuna livre 2

Elaine se emocionou ao contar sua história e as doenças que foram acarretadas pelo assédio. Por nota, a DAE Jundiá informou que "tem ciência sobre o assunto, que está sendo tratado por uma comissão interna. Para não haver interferências no andamento desse procedimento, a empresa não pode se manifestar sobre o tema até a conclusão dos trabalhos."

Adiado

O vereador Romildo Antonio da Silva (PR) pediu o adiamento para o dia 22 de agosto da apreciação de seu projeto de lei que altera Lei 3.705/91, que regula a construção de muro e calçada e a limpeza de terrenos, para obrigar o responsável a afixar placa com seu nome e telefone.

Fiscalização

O projeto de lei de autoria do vereador Paulo Sérgio Martins (PPS), que fixa critério de horário para retirada e reposição de numerários dos cofres de agências bancárias, antes de ser aprovado foi bastante questionado pelos pares. Valdeci Vilar (PTB) perguntou sobre como seria feita a fiscalização da lei. Paulo Sérgio afirmou que a preocupação em como regulamentar e executar a fiscalização da legislação não cabe ao autor e, se houver a necessidade dessa preocupação, os vereadores terão de arcar com responsabilidades do executivo.

Alerj

O presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Jorge Picciani (PMDB), passará por cirurgia para a retirada de um tumor na bexiga, órgão em que já teve um câncer no fim de 2010. Picciani vem atuando como fiador do governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) na Assembleia, articulando com a base para aprovar propostas de interesse do Executivo e foi alvo de investigação na semana passada, quando foi detido.

Cartão reforma

O Senado aprovou nesta terça-feira (4) a medida provisória editada pelo presidente Michel Temer que cria o programa Cartão Reforma. Como a MP já havia sido aprovada pela Câmara, seguirá para sanção de Temer. O programa foi lançado pelo governo no ano passado e prevê a destinação de recursos para que famílias de baixa renda possam comprar materiais para reformar suas casas e contratar pedreiros. (FP)

SESSÃO

Vereadores receberam manifestantes no plenário; taxistas precisam aguardar regulamentação federal para Uber

Protestos contra Uber e pró-Paulista invadem Câmara

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

A 9ª Sessão Ordinária da Câmara de Jundiá, na noite de ontem, contou, além das análises dos projetos, moções e vetos, com manifestações e protestos de taxistas contra o Uber e da torcida do Paulista, pedindo o apoio dos parlamentares para solucionar impasses relacionados ao leilão do Estádio do Paulista, respectivamente.

Alguns torcedores do Paulista Futebol Clube levaram faixa pedindo o apoio ao tombamento do estádio jundiáense. Segundo Evandro Kita, relações-públicas da Raça Tricolor, a ajuda dos parlamentares é fundamental para o tombamento do prédio. "A torcida do Paulista agrega Palmeiras, Corinthians, Flamengo, Barcelona. Assim como a diversidade dos partidos. Estamos pedindo ajuda ao legislativo para que o tombamento tenha sequência", comentou. O relações-públicas saiu da Câmara com posições favoráveis dos vereadores em apoio ao tema.

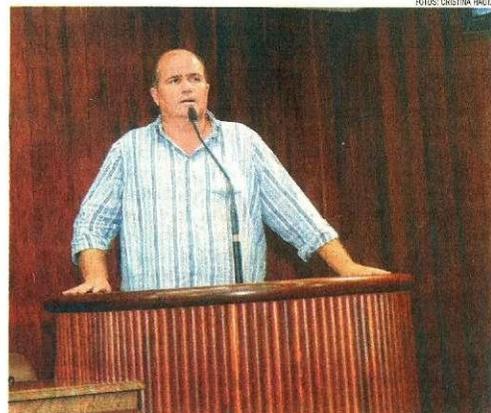
Já a manifestação dos taxistas contou com aproximada-



NO PLENÁRIO Público acompanhou reivindicações das categorias; vereadores apoiam

mente 50 profissionais no plenário. "Não somos contrários ao Uber. O que queremos é que seja regularizado, regulamentado e fiscalizado, assim como nós, taxistas. Temos regras a serem seguidas, taxas a serem pagas. Desta forma que está é um transporte irregular que está sendo encarado pela população como público", criticou Iranilto Uchoa, representante da categoria.

Existia uma audiência pública, solicitada pelo vereador Paulo Sérgio Martins (PPS), que estava agendada para o final do mês passado, sobre o tema, mas foi cancelada. "Existe discussão sobre o tema em Brasília, e por isso, não cabe discussão em âmbito municipal. Temos que esperar a solução federal", explicou, pedindo paciência para os profissionais. O assunto foi votado na Câmara de



PEDIDO Iranilto Uchoa explicou a necessidade sobre a regulamentação e fiscalização do Uber

Deputados na noite de ontem e uma emenda aprovada pode inviabilizar a atuação de serviços como Uber (leia mais abaixo).

Aprovados

Entre os itens da pauta, o veto do prefeito ao projeto de lei do vereador Antonio Carlos Albino (PSB) sobre publicidade de informações por parte de entidades privadas que recebem verbas públicas foi rejeitado.

Do mesmo autor, a moção de apelo ao governador pela retirada da área do Centro de Engenharia e Automação (CEA) do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) de Jundiá foi aprovada. O tema contou com palavra do pesquisador do CEA/IAC, Hamilton Humberto Ramos, reconhecido internacionalmente pelo trabalho com regulamentação, orientação e uso de agrotóxicos.

CONCORRÊNCIA

Taxistas aceitam reduzir tarifa em até 30% para concorrer com Uber na cidade

No segundo ato desde que o Uber começou a operar em Jundiá, cerca de 40 taxistas realizaram, na tarde de ontem (04), uma carreta saindo da avenida 9 de Julho até a Câmara Municipal para pressionar a prefeitura a regulamentar o aplicativo no município. A categoria declara que sofreu queda de 60% nas corridas por causa do Uber e que aceita negociar com a administração municí-

pal a redução da tarifa em até 30% para concorrer com os carros cadastrados ao aplicativo.

Uma das lideranças do movimento é o taxista Claudinei Clemente, 43 anos, que trabalha como motorista de táxi no município há 13 anos. Ele informa que atualmente estão cadastrados 216 táxis no município e explica que a prefeitura é o órgão responsável para definir o valor da tarifa do taxime-

tro. Segundo ele, sem esta redução será inviável continuar neste ramo. "Hoje não temos como competir com o Uber. São mais de 300 carros rodando pela cidade", critica.

Clemente também lembra que o Uber ainda não foi lançado oficialmente em Jundiá e os motoristas estão usando a plataforma de Campinas. O departamento de comunicação do Uber confirma que o

aplicativo ainda não foi lançado oficialmente na cidade e os motoristas que operam com esta plataforma digital contam com o respaldo na Lei Federal 12.587/2012, previsto na Política Nacional de Mobilidade Urbana.

A regulamentação do Uber em nível nacional foi discutida pela Câmara dos Deputados, ontem. Os deputados discutiram um texto alternativo,

que regulamente o serviço, mas deixa ao município a responsabilidade pela proibição ou liberação.

A prefeitura informa que a Unidade de Mobilidade e Transporte realizou reuniões com os taxistas para receber e analisar as reivindicações da categoria. A pasta também informa que a possibilidade de regulamentação do serviço Uber em Jundiá está em análise.

SENADO

Governo de Temer tenta reaproximação com Renan

Com receio da aprovação de flexibilizações nas reformas governistas, o presidente Michel Temer iniciou uma reaproximação com o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) para evitar que sua insatisfação com a gestão federal contamine a base aliada.

Renan, por sua vez, voltou a criticar o governo em uma longa entrevista nesta terça-feira (4). O presidente escalou senadores mais próximos ao líder do PMDB, como Romero Jucá (PMDB-RR) e Aécio Neves (PSDB-MG), para retomar a interlocução com o peemedebista e evitar o aumento da tensão na relação entre ambos.

A intenção de Temer é passar o recado a Renan de que as "portas estão sempre abertas" caso ele queira discutir as medidas governistas, entre elas a reforma previdenciária, que tem sido criticada publicamente pelo senador.

Em um primeiro momen-

to, a ideia é aguardar uma reação do peemedebista. Caso não ocorra, o intuito é monitorar os passos do senador até maio, quando o governo acredita que as mudanças na aposentadoria serão enviadas ao Senado. A partir de então, a intenção do Planalto é aumentar a ofensiva.

A reaproximação tem como objetivo evitar um racha na bancada peemedebista, que tem manifestado opiniões divergentes sobre as medidas governistas, e impedir que o Renan influencie senadores governistas que disputarão a eleição do próximo ano e, por isso, estão preocupados com o impacto das medidas em suas bases.

Ainda com essa intenção, o presidente pretende promover reuniões neste mês com os demais senadores da bancada peemedebista para impedir um movimento de distanciamento do Palácio do Planalto.

Em conversas reservadas,

Renan não é a primeira vez que Renan se indisputou com ele e que o movimento tem relação com o processo eleitoral de 2018, já que que o cenário eleitoral em Alagoas não é favorável ao peemedebista.

Críticas

"O PMDB vai cumprir seu papel, encaminhamentos, políticas públicas? Ou não vai? Vai ter que patrocinar as reformas vindas do Planalto sem discutir? São essas perguntas que tem que responder. Se continuar assim, vai cair governo para um lado e PMDB para o outro. Isso interessa a quem? É uma questão política, não é uma questão de diferença pessoal", afirmou Renan.

Renan negou que suas críticas sejam motivadas pelo espaço perdido por Renan ao deixar a presidência do Senado ou pelas pesquisas eleitorais que indicam dificuldade para que o peemedebista se reeleja senador por Alagoas em 2018. (FP)

PREVIDÊNCIA

Reforma deve ser votada até julho

Para uma plateia de empresários, o presidente Michel Temer (PMDB) defendeu, no início da tarde desta terça-feira (4), em São Paulo, a reforma da Previdência como essencial para o crescimento do País. Ele prevê que a reforma seja votada no Congresso até julho. Ele também admitiu "adaptação" ou conserto na terceirização "se houver necessidade".

"Relatores acham que é possível votar. Naturalmente haverá uma ou outra adequação que será feita em comum acordo com o governo e, se for assim, acredito que será votado até junho ou julho", disse.

Temer disse que programas sociais e os investimentos ficam ameaçados caso a reforma não seja aprovada.

"Temos pela frente a reforma da Previdência, a reforma é vital para as contas do governo, os senhores sabem que hoje a Previdência causa déficit de quase R\$

150 bilhões", disse. "Se não reformarmos a Previdência no nosso País, nós teremos, em 10 a 15 anos, verba apenas para pagá-la, os servidores públicos e a Previdência. Nada de programas sociais e nada de investimentos", disse no Hotel Hyatt, na Zona Sul de São Paulo.

O presidente acrescentou que não quer "ditatoriamente impor esta ou aquela regra". "Queremos a compreensão da necessidade e até para combater inverdades. A reforma é um dever com todos os brasileiros e se não fizermos estará em risco os benefícios de quem já tem e dos jovens no futuro", disse Temer. Ele afirmou também que está em contato permanente com o relator da reforma, deputado Arthur Maia (PPS-BA), para fazer "adequações". "Se for preciso, vamos fazer uma ou outra". Para o presidente, críticos da reforma negam a nova realidade demográfica. (Das agências)